

Os “contras” na mira do Congresso

Ainda há dias, observávamos nestas colunas que a causa dos “contras” nicaraguenses se avizinhava do colapso, apenas sustentada por um tênuo fio que mais e mais se esgarçava. Premissa ora fortalecida pela notícia de que o Congresso dos EUA decidiu suspender todo e qualquer respaldo financeiro ao movimento, também ameaçado de perder os 40 milhões de dólares remanescentes de ajuda concedida em 1986. Todavia, quase simultaneamente, o jornalista Pedro Joaquim Chamorro, ora chamado do seu exílio na Costa Rica para substituir Adolfo Calero na direção da UNO, ao lado de Arturo Cruz e Alfonso Robledo, declarava que a luta armada na Nicarágua deverá recrudescer, mesmo porque são cada vez menores as possibilidades de diálogo com o governo sandinista.

Não agrada a Chamorro, visivelmente, o fato de Cruz, um dos chefes da mais poderosa organização anti-sandinista, ter abandonado a lide-

rança direta do movimento ante a pressão de Washington (que o incrementava de inclinações direitistas), sem que tal renúncia conseguisse preservar a ajuda norte-americana à causa rebelde. Diffícil crer que Chamorro (indiscutivelmente um valoroso jornalista) possa reunir condições para infundir novo ânimo aos seus líderes, num momento em que passa a faltar-lhes a indispensável ajuda financeira da Casa Branca. E mais difícil ainda aceitar a atitude do Congresso dos EUA ao deixar ao desamparo a resistência anti-sandinista. Diante de tais fatos, pode agora o Kremlin dedicar-se, ainda com mais afinco, ao incremento dos conflitos regionais que vem promovendo nos mais diversos quadrantes do globo, contrariando assim exigência imposta por Washington para que possam reiniciar-se as negociações desarmamentistas entre Reagan e Gorbatchev. Realmente deprimentes, portanto, as notícias que nos chegam da capital estadunidense, mormente

quando se informa que o projeto de lei do Congresso que priva de ajuda financeira os “contras” foi aprovado no Senado (não obstante as mudanças havidas na liderança da UNO), na presença de Caspar Weinberger, secretário da Defesa dos EUA, e do almirante Willim Crowe, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, os quais, pouco antes, repelindo o geral pessimismo, haviam afirmado que os “contras” deveriam chegar a uma vitória militar “dentro de um tempo razoável”, à vista do “substancial” e “significativo” progresso dos rebeldes em 1986, o que poderia causar “grande impacto no futuro”.

É bem verdade que o mencionado projeto de lei poderá ser vetado pelo presidente Reagan, e tal voto dificilmente será derrubado no Congresso, que, para tanto, necessitaria de dois terços da votação, o que parece improvável. Todavia, ainda que se mantenha o voto presidencial, prevalecerá até então, com resultados de-

sastrosos para os “contras”, o impacto psicológico da pretendida suspensão da ajuda. Pode-se perguntar, a propósito, se tem o Congresso perfeita idéia do constrangimento a que expõe, com sua atitude, a nação norte-americana, desde já incomodamente colocada não só diante dos seus adversários como também dos seus aliados, que nela têm confiado plenamente.

Em suma, alinharam-se em toda essa questão três erros essenciais: o do Congresso, ao suspender a ajuda aos “contras”, em prejuízo, afinal, dos próprios EUA; o de Reagan, ao deixar-se passivamente derrotar no Legislativo, e, finalmente, o do Partido Republicano, ao distanciar-se do presidente que elegeu. Tudo em favor, na verdade, de Manágua e Moscou. Consequências, talvez, do rumoso caso da venda de armas norte-americanas ao Irã, episódio que tanto debilitou a credibilidade de Reagan e do seu *staff* não só no país como em todo o mundo?